

EMPREITEIRAS: DEVASSA.

CPI vai aprofundar Investigação sobre empreiteiras

A CPI do Orçamento deverá aprofundar as investigações sobre a atuação direta das empreiteiras no Orçamento após o dia 16, data em que o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), pretende apresentar seu relatório preliminar. Magalhães acha que os documentos apreendidos pela polícia na casa de Aílton Reis, diretor da Norberto Odebrecht, em Brasília, vão ajudar a esclarecer o modo como as empreiteiras operavam. "A corrupção, até onde sabemos, operava nas subvenções sociais e nas emendas de interesse das empreiteiras", afirma Magalhães. "Não vamos deixar nenhuma investigação no meio do caminho".

O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), coordenador da subcomissão de emendas, disse que a CPI já tem provas para chamar empresários para depor. Os 84 disquetes apreendidos foram decodificados e, de acordo com o deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), revelam que a Odebrecht tinha uma rede de informações que exercia muito poder em órgãos do Estado, principalmente nos Ministérios do Bem Estar Social e da Integração Regional, no DNER e no Dnocs.

Segundo os disquetes, a Odebrecht tinha a intenção de dominar totalmente a contratação de obras e desembolso de dinheiro nos programas da CEF conveniados com o Ministério do Bem Estar Social e monopolizar a construção de hospitais conveniados com o Ministério da Saúde. Outra meta da Odebrecht era ter conhe-

cimento antecipado do orçamento do FGTS para programas na área social. Ontem, o deputado Miguel Arraes (PSB-PE) interpe- lou judicialmente a Odebrecht para que responda em que momento ele assinou pedido de US\$ 30 mil.

Os técnicos do Tribunal de Contas da União que trabalham para a Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento constataram que 80% das 67 entidades assistenciais que foram

investigadas cometeram irregularidades na aplicação dos recursos recebidos por meio de emendas de parlamentares. Essas irregularidades variam de falhas nos procedimentos contábeis a crimes de desvio de recursos e apropriação indébita

das verbas repassadas do Orçamento da União.

Com o resultado das auditorias que estão sendo realizadas pelos técnicos, o senador Elcio Álvares (PFL-ES) prevê que o relatório da subcomissão, da qual faz parte, deverá oferecer "farto material de trabalho para o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, dar andamento às ações cíveis e criminais que deverão resultar das descobertas feitas pela CPI". Segundo o senador, a subcomissão fechará o seu relatório setorial até sexta-feira. No documento, além das propostas de punições políticas, como suspensão e cassação de mandatos, constarão sugestões e recomendações sobre os mecanismos de concessão de subvenções sociais, para, segundo Álvares, "prevenir crimes e irregularidades semelhantes no futuro".



Arquivo/AE

Magalhães: novo alvo.